

---

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

---

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
LEI N.º 658/2021 - DISPÕE SOBRE O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A  
CONCEDER INCENTIVOS AOS AGRICULTORES RURAIS DO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

**LEI N.º 658/2021**

**DATA:** 01 de Junho de 2021

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O PODER  
EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER  
INCENTIVOS AOS AGRICULTORES  
RURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS  
PALMEIRAS.

A câmara Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, aprovou e Eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:  
**LEI**

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder incentivos aos agricultores rurais do Município de São José das Palmeiras, que compreendem a utilização de máquinas para a realização de serviços em propriedades rurais instaladas no Município.

**Parágrafo Único** – Farão parte do programa de incentivo aos agricultores as máquinas compreendidas na listagem municipal da patrulha agrícola.

**Art. 2º** - A utilização das máquinas de que trata o artigo 1º desta Lei, será precedida de agendamento na Secretaria de Obras Urbanismo e Transportes, após análise do projeto técnico a ser executado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, quando necessário.

**Art. 3º** - O produtor pagará 40% do valor da hora-máquina, a qual é estipulada por decreto, para serviços a serem executados até no máximo 10 horas; zerando a contagem no início de cada ano.

**Inciso I** Em caso de serviços que exceda as 10 (dez) horas que trata o *caput* deste artigo, o produtor pagará o valor total da hora-máquina.

**§1º** - Para a execução dos serviços, o produtor deverá efetuar o pagamento das horas-máquina que deverá ser através de guia de arrecadação com código de barras.

**§2º** - No caso do produtor não utilizar a área preparada pelos maquinários, por motivos que não seja caso fortuito ou força maior, não receberá o benefício. E caso necessário a utilização dos maquinários, pagará o valor integral da hora-máquina.

**Art. 4º** - Os serviços constantes desta Lei poderão ser requeridos pelo proprietário interessado, seu cônjuge ou membros de sua família, com capacidade civil, não aceita a solicitação por pessoas alheias a propriedade, devendo o solicitante atender as seguintes condições:

**Inciso I** – Ser proprietário do imóvel ou arrendatário;

**Inciso II** - Apresentar escritura do terreno ou contrato de compra e venda devidamente registrado em cartório; Ou qualquer título que comprove posse da propriedade.

**Inciso III** – Apresentar prova de inscrição no Cadastro de Produtor Rural;

**Inciso IV** – Estar em dia com os tributos municipais;

**Inciso V** – Executar as práticas de conservação de solo e água na propriedade, em conformidade com as orientações técnicas e a legislação vigente.

**Art. 5º** - Os serviços serão executados segundo a ordem cronológica da solicitação, porém, conciliando a mesma ordem de deslocamento geográfico das máquinas e dependerão também, da disponibilidade dos equipamentos e recursos disponíveis.

**Art. 6º** - A Secretaria de Desenvolvimento Econômico por meio de seus Departamentos poderá realizar o

acompanhamento das atividades.

**Art. 7º** - As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelo Orçamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

**Art. 8º** - O Município poderá terceirizar os serviços constantes da presente Lei, desde que devidamente comprovada a necessidade de realizar os serviços e os maquinários do município não serem suficientes para a demanda.

**Art. 9º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, ao 01 dia de Junho de 2021.

**NELTON BRUM**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Aparecida Conceição Santana Ribeiro  
**Código Identificador:**091E5D66

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 02/06/2021. Edição 2276  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>